

178 - General de Divisão Alfredo Ribeiro da Costa

Dados Biográficos

Nascimento - 30 de abril de 1867, Salvador - BA.

Filiação - Inácio Loiola da Costa.

Formação e atividades principais - sentou praça em março de 1883, ingressando mais tarde na Escola Militar, no Rio de Janeiro. Em abril de 1889 foi promovido a Alferes-Aluno e, nessa condição, participou das operações realizadas pela 2ª Brigada, durante a proclamação da República em 15 de novembro de 1889. Em janeiro seguinte foi promovido a Alferes e, dias depois, passou à condição de Tenente.

Em 1893, servindo no 1º Regimento de Cavalaria, sediado no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, tomou parte na repressão à Revolta da Armada, levante de oposição ao presidente Floriano Peixoto, que se estendeu de setembro de 1893 a março do ano seguinte, envolvendo a esquadra sediada na baía de Guanabara.

Em 9 de março de 1894, foi promovido a Capitão e, em julho de 1895, assumiu o cargo de Instrutor de Cavalaria na Escola Militar. Permaneceu nessas funções até maio de 1897 e exerceu, entre fins de 1898 e janeiro de 1899, o comando do Esquadrão do Corpo de Transportes. Um ano depois, foi designado Secretário do Inspetor dos Corpos do 5º Distrito Militar e encarregado da inspeção do 13º Regimento de Cavalaria. De novembro de 1902 a janeiro de 1904 ocupou o Comando da 4ª Companhia de Alunos do Colégio Militar, e entre abril e agosto desse último ano foi Ajudante de Ordens do Ministro da Guerra, General de Brigada Francisco de Paula Argolo. Em seguida chefiou o Regimento de Cavalaria da Brigada Policial do Distrito Federal (atual Regimento Caetano de Farias, da Polícia Militar do Rio de Janeiro). Em agosto de 1908, no exercício dessas funções, recebeu a patente de Major, permanecendo até setembro do ano seguinte no posto.

Em dezembro de 1909, assumiu a chefia do Estado-Maior da 8ª Divisão, onde ficou durante um ano. Promovido a Tenente-Coronel, por merecimento, em maio de 1911. De julho a setembro desse ano exerceu sucessivamente os comandos do 8º Regimento e da 2ª Brigada de Cavalaria, permanecendo cerca de um mês em cada posto. De janeiro do ano seguinte a abril de 1914 esteve

na chefia do 13º Regimento de Cavalaria, sendo promovido a Coronel, por merecimento, dias antes de deixar esse posto. Três meses depois, tornou-se Comandante do 1º Regimento de Cavalaria. Durante o mês de março de 1916, chefiou interinamente a 4ª Brigada de Cavalaria, e no ano seguinte assumiu o Comando do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Promovido a General de Brigada em setembro de 1920, comandou, a partir de março de 1921, a 6ª Brigada de Infantaria e, a partir de outubro desse ano, a 1ª Brigada de Infantaria. Em janeiro de 1922, foi designado Comandante Interino da 1ª Região Militar, com sede no Rio de Janeiro, e um ano depois, promovido a General de Divisão, acumulou o exercício desse cargo em caráter efetivo com a chefia da 1ª Divisão de Infantaria, onde permaneceu até outubro de 1924.

Durante a carreira militar, cursou a Escola de Estado-Maior do Exército.

Atividades no STM - Foi convocado, para substituir no Supremo, hoje Superior Tribunal Militar, o Ministro Luís de Medeiros em julho de 1925, permanecendo na condição de Juiz interino até setembro do mesmo ano. Em abril de 1926 foi novamente chamado a servir no STM. Por decreto de 6 de novembro de 1926, foi nomeado Ministro Efetivo do STM, tomando posse e prestando o compromisso legal no dia 11 do mesmo mês.

Em maio de 1929, foi transferido para a reserva, mas nem esse fato nem a vitória da Revolução de 1930 afetaram sua permanência no STM. Em 13 de setembro de 1937 atuou na sessão em que essa Corte julgou as apelações dos condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN), acusados de terem participado do levante patrocinado pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) em novembro de 1935.

Segundo o historiador Hélio Silva, o General Ribeiro da Costa votou pela absolvição de Pedro Ernesto Batista, ex-prefeito do Distrito Federal, e do Tenente José Leite Brasil, alegando, no primeiro caso, inexistência de provas e, no segundo, o "procedimento digno" sempre adotado por esse oficial. Endossou a condenação de Harry Berger, comunista alemão que ajudara na preparação do levante, e do ex-secretário-geral da ANL, Robert Sisson. Nesse último caso discordou da promotoria quanto a considerar que a condição de oficial da reserva pudesse representar um agravante contra o réu. No mesmo julgamento, classificou o líder comunista Luís Carlos Prestes de "um homem de valor" que prestara serviços à Pátria durante sua longa marcha pelo interior do Brasil à frente da coluna que levou seu nome. Por esse motivo, também não reconheceu como agravante sua condição de ex-oficial do Exército.

Aposentado, compulsoriamente, por decreto de 19 de fevereiro de 1938, por ter atingido o limite de idade permitido pela Constituição. Em julho seguinte foi reformado no Exército.

Foi casado com Antônia Moutinho da Costa, teve dois filhos que também se destacaram como Juízes, Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa (Ministro do Supremo Tribunal Federal, entre 1946 e 1967) e Orlando Moutinho Ribeiro da Costa (Ministro do Superior Tribunal Militar, entre 1963 e 1967).

Falecimento - 12 de dezembro de 1944, no Rio de Janeiro – RJ.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOCH, Israel (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 2, p. 957.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento. **Coletânea de informações: Alfredo Ribeiro da Costa**. Brasília, DF, 2019. Arquivos disponíveis na Seção de Museu.

LAGO, Laurênio. **Conselheiros de Guerra, Vogais e Ministros do Conselho Supremo Militar - Ministros do Supremo Tribunal Militar: dados biográficos 1808-1943**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1944. p. 33.